

Magazine
Luiza S.A.

ITR - Informações Trimestrais
30 de junho de 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas explicativas às informações trimestrais	14



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Magazine Luiza S.A.
Franca - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Magazine Luiza S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - reapresentação das informações contábeis intermediárias

Em 31 de julho de 2017 emitimos relatório de revisão sem modificações sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que ora estão sendo reapresentadas para que outros auditores independentes sejam responsáveis pelos saldos correspondentes e para refletir eventos subsequentes até esta data, inclusive o desdobramento das ações aprovado em 04 de setembro de 2017 conforme descrito nas notas explicativas nº 20(a), 20(e) e 30.3. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Valores correspondentes

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas datado em 30 de maio de 2017. A revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão sem modificações datado em 11 de setembro de 2017.



Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório em 11 de setembro de 2017 reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levassem a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de setembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Magazine Luiza S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	230.181	562.728	265.061	599.141
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	6 e 27	596.982	818.984	596.982	818.984
Contas a receber	7	501.177	575.334	503.849	581.001
Estoques	8	1.420.739	1.587.299	1.430.332	1.596.743
Contas a receber de partes relacionadas	9	48.010	66.296	47.143	64.021
Tributos a recuperar	10	181.090	210.657	182.714	212.151
Outros ativos		88.968	47.013	90.236	47.802
Total do ativo circulante		3.067.147	3.868.311	3.116.317	3.919.843
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	6 e 27	-	171	-	171
Contas a receber	7	4.263	3.570	4.263	3.570
Tributos a recuperar	10	181.709	223.604	181.709	223.604
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	234.103	241.089	236.549	242.010
Depósitos judiciais	19	296.974	292.187	296.976	292.189
Outros ativos		38.048	49.671	40.847	52.273
Investimentos em controladas	12	73.427	67.022	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	13	311.846	293.830	311.846	293.830
Imobilizado	14	556.165	559.320	557.362	560.067
Intangível	15	479.770	469.724	525.931	513.049
Total do ativo não circulante		2.176.305	2.200.188	2.155.483	2.180.763
TOTAL DO ATIVO		5.243.452	6.068.499	5.271.800	6.100.606

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Magazine Luiza S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	1.850.927	2.353.473	1.860.524	2.364.959
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	17	718.582	837.878	718.650	838.016
Salários, férias e encargos sociais		187.893	184.789	191.542	188.390
Tributos a recolher		44.721	38.613	46.440	40.132
Contas a pagar a partes relacionadas	9	60.224	72.923	60.259	72.955
Receita diferida	18	42.814	40.318	42.814	40.318
Dividendos a pagar		-	12.335	-	12.335
Outras contas a pagar		159.684	111.615	163.227	115.321
Total do passivo circulante		3.064.845	3.651.944	3.083.456	3.672.426
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	17	662.996	1.010.760	662.996	1.010.760
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	279.597	275.054	286.585	284.126
Receita diferida	18	488.996	509.155	488.996	509.155
Outras contas a pagar		-	-	2.749	2.553
Total do passivo não circulante		1.431.589	1.794.969	1.441.326	1.806.594
TOTAL DO PASSIVO		4.496.434	5.446.913	4.524.782	5.479.020
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	20	606.505	606.505	606.505	606.505
Reserva de capital		22.228	19.030	22.228	19.030
Ações em tesouraria		(28.729)	(28.729)	(28.729)	(28.729)
Reserva legal		20.471	20.471	20.471	20.471
Reserva de lucros		-	3.107	-	3.107
Ajuste de avaliação patrimonial		1.824	1.202	1.824	1.202
Lucro do período		124.719	-	124.719	-
Total do patrimônio líquido		747.018	621.586	747.018	621.586
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.243.452	6.068.499	5.271.800	6.100.606

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações de resultados Semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicative	Semestre findo				Trimestre findo			
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21	5.428.853	4.349.103	5.506.156	4.410.738	2.660.694	2.116.663	2.699.231	2.147.264
CUSTO DAS MERCADORIAS REVENDIDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	22	(3.808.786)	(3.025.904)	(3.838.771)	(3.044.688)	(1.847.733)	(1.454.862)	(1.864.293)	(1.464.778)
LUCRO BRUTO		1.620.067	1.323.199	1.667.385	1.366.050	812.961	661.801	834.938	682.486
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS									
Com vendas	23	(987.567)	(839.513)	(997.835)	(844.550)	(483.556)	(415.205)	(489.248)	(417.773)
Gerais e administrativas	23	(230.457)	(213.761)	(246.284)	(229.509)	(117.320)	(110.442)	(126.165)	(118.446)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa		(15.738)	(13.236)	(15.767)	(13.236)	(10.146)	(5.521)	(10.169)	(5.521)
Depreciação e amortização	14 e 15	(68.971)	(61.555)	(69.359)	(61.875)	(34.712)	(30.813)	(34.924)	(30.980)
Resultado de equivalência patrimonial	12 e 13	42.394	36.167	40.819	30.615	17.840	18.759	17.440	15.930
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23 e 24	17.248	(4.019)	19.347	(2.059)	7.769	5.540	8.982	6.520
		(1.243.091)	(1.095.917)	(1.269.079)	(1.120.614)	(620.125)	(537.682)	(634.084)	(550.270)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		376.976	227.282	398.306	245.436	192.836	124.119	200.854	132.216
Receitas financeiras		71.494	69.037	51.084	53.419	35.389	31.513	27.561	24.806
Despesas financeiras		(289.714)	(290.888)	(290.747)	(291.854)	(136.324)	(148.717)	(136.809)	(149.310)
RESULTADO FINANCEIRO	25	(218.220)	(221.851)	(239.663)	(238.435)	(100.935)	(117.204)	(109.248)	(124.504)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		158.756	5.431	158.643	7.001	91.901	6.915	91.606	7.712
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	11	(27.837)	10.242	(27.724)	8.672	(19.545)	3.504	(19.250)	2.707
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		130.919	15.673	130.919	15.673	72.356	10.419	72.356	10.419
Lucro atribuível a:									
Acionistas controladores		130.919	15.673	130.919	15.673	72.356	10.419	72.356	10.419
LUCRO POR AÇÃO									
Básico (Reais por ação)		0,769	0,090	0,769	0,090	0,425	0,060	0,425	0,060
Diluído (Reais por ação)		0,764	0,090	0,764	0,090	0,420	0,060	0,420	0,060

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Semestre findo		Trimestre findo	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Lucro líquido do período	130.919	15.673	72.356	10.419
Ativos financeiros disponíveis para a venda, advindos de investimento				
Varição do valor justo	1.131	1.722	896	1.722
Efeito dos impostos	(509)	(775)	(403)	(775)
Total dos resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	622	947	493	947
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	131.541	16.620	72.849	11.366
Atribuível a:				
Acionistas controladores:	131.541	16.620	72.849	11.366

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos Acumulados	Lucro líquido período	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016 (Apresentado originalmente)		606.505	14.567	(9.574)	16.143	36.199	-	-	(1.628)	662.212
Ajustes do ano anterior						(36.199)	(50.357)			(86.556)
Saldos em 1º de janeiro de 2016 (Reapresentado)		606.505	14.567	(9.574)	16.143	-	(50.357)			575.656
Plano de opção de compra de ações		-	2.231	-	-	-	-	-	-	2.231
Cancelamento de ações em tesouraria			-	16.438	-	-	(16.438)	-	-	-
Ações em tesouraria		-	-	(7.956)	-	-	-	-	-	(7.956)
Lucro do período		-	-	-	-	-	-	15.673	-	15.673
		606.505	16.798	(1.092)	16.143	-	(66.795)	15.673	(1.628)	585.604
Outros resultados abrangentes:										
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	2.575	2.575
Saldos em 30 de junho de 2016 (Reapresentado)		606.505	16.798	(1.092)	16.143	-	(66.795)	15.673	947	588.179
Saldos em 1º de janeiro de 2017		606.505	19.030	(28.729)	20.471	3.107	-	-	1.202	621.586
Lucro do período		-	-	-	-	-	-	130.919	-	130.919
Plano de opção de compra de ações		-	3.198	-	-	-	-	-	-	3.198
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(3.107)	-	(6.200)	-	(9.307)
		606.505	22.228	(28.729)	20.471	-	-	124.719	1.202	746.396
Outros resultados abrangentes:										
Ajuste de avaliação patrimonial	13	-	-	-	-	-	-	-	622	622
Saldos em 30 de junho de 2017		606.505	22.228	(28.729)	20.471	-	-	124.719	1.824	747.018

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

N.E.	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2017	30/06/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	130.919	15.673	130.919	15.673
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social reconhecidas no resultado	11 14 e	27.837	(10.242)	27.724
Depreciação e amortização	15	68.971	61.555	69.359
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados		109.855	123.099	109.868
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(22.661)	(17.693)	(22.661)
Equivalência patrimonial	12 e	(42.394)	(36.167)	(40.819)
Movimentação da provisão para perdas em ativos	13	60.052	52.784	60.185
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	22.497	29.372	20.497
Resultado na venda de ativo imobilizado	24	(2.303)	348	(2.303)
Apropriação da receita diferida	24	(21.413)	(20.237)	(21.413)
Despesas com plano de ações		3.198	2.231	3.198
Lucro líquido do período ajustado		334.558	200.723	334.554
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber		51.947	10.772	54.913
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros		232.122	7.380	232.122
Estoques		128.025	14.436	127.772
Contas a receber de partes relacionadas		14.009	26.659	14.048
Tributos a recuperar		71.462	47.924	71.332
Outros ativos		(35.588)	(77.541)	(36.264)
Varição nos ativos operacionais		461.977	29.630	463.923
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores		(502.546)	(465.377)	(504.436)
Salários, férias e encargos sociais		3.104	(9.598)	3.132
Tributos a recolher		(14.214)	(2.342)	(14.512)
Contas a pagar a partes relacionadas		(12.699)	9.362	(12.696)
Outras contas a pagar		32.864	(8.439)	32.813
Varição nos passivos operacionais		(493.491)	(476.394)	(495.699)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(529)	-	(1.449)
Recebimento de dividendos		27.702	53.638	26.255
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		330.217	(192.403)	327.584

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES
DE INVESTIMENTO

Aquisição de imobilizado	14	(42.482)	(28.215)	(43.060)	(28.304)
Aquisição de ativo intangível	15	(33.760)	(20.856)	(34.833)	(21.554)
Recebimento de venda de imobilizado		3.152	-	3.152	-
Pagamento de renegociação de contrato de exclusividade		-	(11.182)	-	(11.182)
Aumento de capital em controlada e controlada em conjunto		(2.830)	(1.000)	-	-
Investimento em controlada		(1.000)	-	(996)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(76.920)	(61.253)	(75.737)	(61.040)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES
DE FINANCIAMENTO

Captação de empréstimos e financiamentos		202.617	192.983	202.617	192.983
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(624.553)	(227.915)	(624.630)	(227.981)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(142.267)	(125.045)	(142.273)	(125.063)
Pagamento de dividendos		(21.641)	-	(21.641)	-
Ações em tesouraria, adquiridas		-	(7.956)	-	(7.956)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(585.844)	(167.933)	(585.927)	(168.017)

REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E
EQUIVALENTES DE CAIXA

		(332.547)	(421.589)	(334.080)	(419.964)
--	--	------------------	-----------	------------------	-----------

Caixa e equivalentes de caixa no início do período

Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

		562.728	590.400	599.141	617.465
		230.181	168.811	265.061	197.501

REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E
EQUIVALENTES DE CAIXA

		(332.547)	(421.589)	(334.080)	(419.964)
--	--	------------------	-----------	------------------	-----------

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
RECEITAS				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	6.203.461	4.986.227	6.288.623	5.053.434
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	(15.738)	(13.236)	(15.767)	(13.236)
Outras receitas operacionais	8.212	20.370	10.311	22.331
	6.195.935	4.993.361	6.283.167	5.062.529
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(4.101.766)	(3.300.335)	(4.131.720)	(3.318.972)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(501.050)	(443.289)	(517.364)	(454.984)
Perda e recuperação de valores ativos	(38.535)	(31.492)	(38.638)	(31.742)
	(4.641.351)	(3.775.116)	(4.687.722)	(3.805.698)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.554.584	1.218.245	1.595.445	1.256.831
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(68.971)	(61.555)	(69.359)	(61.875)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.485.613	1.156.690	1.526.086	1.194.956
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	42.394	36.167	40.819	30.615
Receitas financeiras	71.494	69.037	51.084	53.419
	113.888	105.204	91.903	84.034
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.599.501	1.261.894	1.617.989	1.278.990
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	371.078	334.475	377.484	340.741
Benefícios	73.821	65.595	75.183	66.288
FGTS	36.354	38.892	36.895	39.485
	481.253	438.962	489.562	446.514
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	136.982	55.432	139.716	59.959
Estaduais	379.042	290.797	384.302	293.904
Municipais	20.758	19.017	21.682	19.782
	536.782	365.246	545.700	373.645
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	270.844	271.983	271.664	272.804
Aluguéis	164.249	154.113	164.563	154.367
Outras	15.454	15.917	15.581	15.987
	450.547	442.013	451.808	443.158
Remuneração de capital próprio:				
Lucro Retidos	130.919	15.673	130.919	15.673
	130.919	15.673	130.919	15.673
	1.599.501	1.261.894	1.617.989	1.278.990

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de reais)

1 Informações gerais

O Magazine Luiza S.A. (“Controladora”) atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo (principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis), por meio de lojas físicas e virtuais ou por comércio eletrônico. Sua sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua Controladora e “holding” é a LTD Administração e Participação S.A.

O Magazine Luiza S.A. e suas controladas doravante serão referidos como “Companhia” para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possuía 814 lojas (800 lojas em 31 de dezembro de 2016), 9 centros de distribuição (9 centros de distribuição em dezembro de 2016) localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País e atuava nos sites de comércio eletrônico www.magazineluiza.com.br e www.epocacosmeticos.com.br.

Em 11 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão dessas Informações Trimestrais (ITRs).

2 Apresentação e elaboração das informações trimestrais

2.1 Políticas contábeis

As informações trimestrais são apresentadas em milhares de reais (“R\$”), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) (demonstração intermediária) e de acordo com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas Notas 3, 4, 6, 8, 9, 12, 15, 16, 20, 22, 23 e 29 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as quais foram reapresentadas em 30 de maio de 2017 e devem ser lidas em conjunto.

A Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas normas expedidas pela CVM-Comissão de Valores Mobiliários, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme às IFRS (International Financial Reporting Standards).

A Administração adota a política contábil de apresentar os juros pagos como atividades de financiamento e os dividendos recebidos como atividade operacional nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

2.2 Reapresentação das informações trimestrais anteriormente apresentadas

(i) Reapresentação dos valores correspondentes da demonstração dos fluxos de caixa individual

Os valores correspondentes da demonstração de fluxos de caixa individual, referente ao período findo em 30 de junho de 2016, apresentados nestas informações trimestrais para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 e CPC 21 (R1), em decorrência da reclassificação das operações de aplicação e resgate em fundos de investimentos exclusivos, classificados como instrumentos financeiros mantidos para negociação, originalmente apresentados nos fluxos de caixa das atividades de investimentos, para os fluxos de caixa das atividades operacionais, na demonstração dos fluxos de caixa individual da Controladora, no montante de R\$ 7.380.

Não houve qualquer outro impacto nas demais demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

Demonstração dos fluxos de caixa individual para o período findo em 30 de junho de 2016

	Controladora		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(199.783)	7.380	(192.403)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(53.873)	(7.380)	(61.253)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(167.933)	-	(167.933)
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(421.589)	-	(421.589)

(ii) Reapresentação dos valores correspondentes da demonstração das mutações do patrimônio líquido

Os valores correspondentes das demonstrações do patrimônio líquido, referentes ao período findo em 30 de junho de 2016, apresentados nestas informações trimestrais para fins de comparação, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e erro (IAS 8) e CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (IAS 34) em função da eliminação dos lucros não realizados nas transações de intermediação da venda de seguros de garantia estendida entre a Controladora e sua controlada em conjunto Luizaseg, que afetou o valor inicial do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2016 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015) A Administração concluiu que a parcela não realizada com terceiros (referente a participação detida pela Controladora na Luizaseg) das receitas e respectivos lucros oriundos dessa transação devem ser apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência das apólices vendidas, como efetuado pela controlada em conjunto, e não quando o serviço é prestado pela Controladora.

Os efeitos nas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, de fluxos de caixa e valores adicionados para o período findo em 30 de junho de 2016 não foram considerados materiais, e, dessa forma, não foram ajustados retrospectivamente.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB (*International Accounting Standards Board*), não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017:

-IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009, o IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros em três principais categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda um novo modelo de perdas em crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 traz maior flexibilidade em relação às exigências de efetividade do hedge. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos da aplicação e não espera alterações materiais nas posições patrimoniais e de resultados com a adoção de referida norma. A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, deverão ser reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1 de janeiro de 2018;

-IFRS 15, "Receitas de contratos com clientes", emitido em maio de 2014. Esta norma tem como objetivo estabelecer os princípios que uma Companhia deve aplicar para relatar informações correspondentes à natureza, quantidade, tempo e estimativas da receita e fluxos de caixas decorrentes de um contrato com cliente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos da aplicação e não espera impactos significativos nas posições patrimoniais e de resultados por conta da aplicação da nova norma. Eventuais impactos deverão ser tratados prospectivamente na abordagem de transição;

-IFRS 16, "Arrendamento", emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma e não espera mudanças relevantes no resultado líquido.

4 Notas explicativas incluídas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 não apresentadas nestas informações trimestrais

As informações intermediárias estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) e IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitido pelo IASB observando as disposições contidas no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 003/2011 de 28 de abril de 2011. A preparação destas informações intermediárias envolve julgamento pela Administração da Companhia acerca da relevância e de alterações que devem ser divulgadas em notas explicativas. Desse modo, estas informações intermediárias incluem notas explicativas selecionadas e não contemplam todas as notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Conforme facultado pelo Ofício Circular nº 03/2011, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Nota Explicativa nº 29 - Arrendamentos compromissados das às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 deixou de ser apresentada.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Taxas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Caixa		37.216	36.063	37.221	36.069
Bancos		19.851	37.933	20.243	41.039
	De 70% a				
Certificados de depósitos bancários	101% CDI	172.839	488.084	184.085	499.493
Fundos de investimentos não exclusivos	102% CDI	275	648	23.512	22.540
Total de caixa e equivalentes de caixa		230.181	562.728	265.061	599.141

6 Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros

Ativos financeiros	Taxas	Controladora e Consolidado	
		30/06/2017	31/12/2016
Títulos e valores mobiliários			
Fundo de investimento não exclusivo	98% CDI	10.594	10.069
Fundo de investimento exclusivo:	(a)		
Debêntures		-	773
Títulos públicos federais e operações compromissadas		580.996	789.366
Depósitos a prazo e outros títulos		4.198	5.041
	Nota 9.a	585.194	795.180
Total de títulos e valores mobiliários		595.788	805.249
Outros ativos financeiros - registrados ao valor justo por meio do resultado			
Swap a receber - Hedge de valor justo	(b)	1.194	13.906
Total de títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros		596.982	819.155
Circulante		596.982	818.984
Não circulante		-	171

- (a) Refere-se aos fundos de investimentos exclusivos de renda fixa. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a carteira estava distribuída nas modalidades de investimentos descritas na tabela acima, que estão atreladas a títulos e operações financeiras e referenciadas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com o objetivo de retornar a rentabilidade média de 103% do CDI à Companhia.
- (b) Contabilização de *hedge* de valor justo, conforme detalhado na Nota 27.
- A análise de risco crédito e análise de sensibilidade estão apresentadas na Nota 27.

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Contas a receber de clientes:				
Cartões de crédito (a)	239.641	272.502	240.627	276.206
Cartões de débito (a)	5.037	11.474	5.037	11.474
Crediário (b)	121.965	118.171	122.047	118.226
Contratos de garantia complementar e outros seguros (c)	62.010	60.155	62.010	60.155
Total de contas a receber de clientes	428.653	462.302	429.721	466.061
Provenientes de acordos comerciais (d)	133.382	170.010	135.018	171.984
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30.237)	(29.535)	(30.260)	(29.535)
Ajuste a valor presente	(26.358)	(23.873)	(26.367)	(23.939)
Total de contas a receber	505.440	578.904	508.112	584.571
Circulante	501.177	575.334	503.849	581.001
Não circulante	4.263	3.570	4.263	3.570

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes é de 13 dias em 30 de junho de 2017 e de 14 dias em 31 de dezembro de 2016, na Controladora e Consolidado. Foram cedidas contas a receber em garantia de empréstimos no montante de R\$ 93.077 em 30 de junho de 2017 (R\$ 109.445 em 31 de dezembro de 2016), representadas por recebíveis de cartões de crédito.

- (a) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas por meio dos cartões de crédito e débito, os quais a Companhia recebe das operadoras em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda do produto. Em 30 de junho de 2017, a Controladora possuía créditos cedidos a instituições financeiras que montavam R\$ 1.699.407 (R\$ 1.587.544 em 31 de dezembro de 2016) e Consolidado R\$ 1.713.916 (R\$ 1.587.544 em 31 de dezembro de 2016), sobre os quais é aplicado um desconto que varia de 105,0% a 109,0% do CDI, apropriado ao resultado na rubrica de “Despesas financeiras”. A Companhia, por meio das operações de cessão de recebíveis em cartões, transfere para as operadoras e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, líquida as contas a receber relativas a esses créditos, sendo os respectivos encargos financeiros registrados ao resultado do exercício no momento da liquidação.
- (b) Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela Companhia e por outras Instituições financeiras.
- (c) Estas vendas são intermediadas pela Controladora para a Luizaseg e Cardif. A Controladora destina às suas parceiras o valor da garantia estendida e outros seguros, em sua totalidade, no mês subsequente à venda e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação.
- (d) Refere-se a bonificações a serem recebidas de fornecedores devido ao atendimento do volume de compras, bem como de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Saldo no início do período/exercício	(29.535)	(46.640)	(29.535)	(46.640)
(+) Adições	(21.517)	(43.200)	(21.546)	(43.287)
(-) Baixas	20.815	60.305	20.821	60.392
Saldo no final do período/exercício	(30.237)	(29.535)	(30.260)	(29.535)

A composição das contas a receber de clientes e proveniente de acordos comerciais por idade de vencimento, é como segue:

	Contas a receber de clientes				Acordos comerciais			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Valores a vencer:								
Até 30 dias	51.053	76.846	51.597	77.492	48.682	56.032	50.318	58.006
Entre 31 e 60 dias	42.957	45.242	43.122	45.407	53.438	88.776	53.438	88.776
Entre 61 e 90 dias	30.596	26.308	30.654	27.117	8.734	11.740	8.734	11.740
Entre 91 e 180 dias	55.354	51.629	55.552	52.910	13.929	9.173	13.929	9.173
Entre 181 e 360 dias	221.804	233.649	221.907	234.507	6	3	6	3
Acima de 361 dias	7.702	7.424	7.702	7.424	-	-	-	-
	409.466	441.098	410.534	444.857	124.789	165.724	126.425	167.698
Valores vencidos:								
Até 30 dias	5.673	5.979	5.673	5.979	3.232	3.138	3.232	3.138
Entre 31 e 60 dias	3.188	4.814	3.188	4.814	1.323	509	1.323	509
Entre 61 e 90 dias	2.678	2.650	2.678	2.650	2.702	29	2.702	29
Entre 91 e 180 dias	7.648	7.761	7.648	7.761	1.336	610	1.336	610
	19.187	21.204	19.187	21.204	8.593	4.286	8.593	4.286
Total	428.653	462.302	429.721	466.061	133.382	170.010	135.018	171.984

A análise de risco crédito está apresentada na Nota 27.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Mercadorias para revenda	1.480.293	1.616.710	1.490.623	1.626.787
Material para consumo	9.830	11.483	9.830	11.483
Provisões para perdas	(69.384)	(40.894)	(70.121)	(41.527)
Total	1.420.739	1.587.299	1.430.332	1.596.743

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possui estoques de mercadorias para vendas dadas em garantias de processos judiciais, em fase de execução, no montante aproximado de R\$ 13.416 (R\$ 2.353 em 31 de dezembro de 2016).

A movimentação da provisão para perdas e de ajuste ao valor realizável líquido está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Saldo no início do período/exercício	(40.894)	(30.391)	(41.527)	(30.391)
Constituição da provisão	(38.535)	(55.289)	(38.639)	(55.922)
Estoques baixados ou vendidos	10.045	44.786	10.045	44.786
Saldo final	(69.384)	(40.894)	(70.121)	(41.527)

	Semestre findo				Trimestre findo			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Despesas com aluguéis de prédios comerciais								
Controlada por acionistas controladores da Companhia:								
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (iv)	(10.962)	(10.028)	(10.982)	(10.041)	(5.350)	(4.886)	(5.330)	(4.899)
PJD Agropastoril Ltda. (vi)	(259)	(242)	(447)	(419)	(130)	(122)	(225)	(293)
	(11.221)	(10.270)	(11.429)	(10.460)	(5.480)	(5.008)	(5.555)	(5.192)
Despesas com frete								
PJD Agropastoril Ltda. (vi)	(730)	(1.104)	(900)	(1.104)	(509)	(498)	(509)	(412)
Despesas com encargos de antecipação de cartões de crédito:								
Luizacred (i)	(84.355)	(64.365)	(84.355)	(64.365)	(42.500)	(33.477)	(42.500)	(33.477)
Despesas com campanhas publicitárias								
Controlada por acionistas controladores da Companhia:								
ETCO - Sociedade em Conta de Participação (v)	(105.474)	(76.151)	(105.474)	(76.151)	(61.123)	(35.974)	(61.123)	(35.974)
Total de despesas	(201.780)	(151.890)	(202.158)	(152.080)	(109.612)	(74.957)	(109.687)	(75.055)

(i) As transações com a Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A., referem-se às seguintes atividades:

(a) Despesas financeiras com antecipação de recebíveis de tais cartões;

(b) Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizacred, recebidas pela Controladora no dia subsequente (“D+1”);

(c) Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Controladora que incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, indicação de seguros vinculados aos produtos e serviços financeiros. Acesso aos sistemas e rede de telecomunicações, além de arquivamento e disponibilidade de espaço físico nos pontos de venda. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizacred em D+1;

(d) Saldo a receber referente à proposta de dividendos da Luizacred, os quais foram recebidos no período.

(ii) Os valores a receber (ativo circulante) e receitas da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., são decorrentes de comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia referentes às vendas de garantias estendidas e dividendos propostos. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses de garantias estendidas vendidas, realizados à Luizaseg, em sua totalidade, no mês subsequente às vendas.

- (iii) Os valores a receber (ativo circulante) da LAC, controlada integral, referem-se a dividendos propostos e às comissões e às operações de vendas efetuadas pela Controladora como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar à LAC referentes às prestações de consórcios recebidas pela Controladora nos caixas dos seus pontos de venda.
- (iv) As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (“MTG”), controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição e escritório central.
- (v) As transações com a ETCO, Sociedade em Conta de Participação que tem como sócia participante empresa controlada pela presidente do Conselho de Administração da Companhia, referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica.
- (vi) As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de imóveis comerciais para estabelecimento de suas lojas e aluguéis de caminhões para fretes de mercadorias.
- (vii) Refere-se às operações de aplicação, resgate e rendimentos com os fundos de investimentos exclusivos (ML Renda Fixa Crédito Privado FI e FI Caixa ML RF Longo Prazo, vide Nota 6 - Títulos e valores mobiliários).
- (viii) As transações com a Campos Floridos, controlada integral, referem-se às seguintes atividades:
 - (a) Venda de produtos para revenda pela Controladora;
 - (b) Despesas de comissão com Marketplace decorrente de vendas efetuadas na plataforma do site da Controladora.

b. Remuneração da Administração

	30/06/2017		30/06/2016	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa e variável	1.398	4.222	1.294	3.349
Plano de opção de ações	94	195	1.227	431

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria estatutária são os mesmos dos demais funcionários da Companhia. É política interna da Companhia o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos seus colaboradores. Tais valores estão sendo provisionados em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de atendimento de metas. O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 20 de abril de 2017, a remuneração global dos administradores para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2017, em que é previsto o limite máximo de remuneração global para os administradores de R\$ 19.447.

10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
ICMS a recuperar (a)	357.975	406.068	357.975	406.068
IRPJ e CSLL a recuperar	319	1.160	461	1.380
IRRF a recuperar	1.948	21.388	1.991	21.405
PIS e COFINS a recuperar	42	4.163	1.481	5.420
Outros	2.515	1.482	2.515	1.482
	362.799	434.261	364.423	435.755
Ativo circulante	181.090	210.657	182.714	212.151
Ativo não circulante	181.709	223.604	181.709	223.604

- (a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto aos estados de origem do crédito.

11 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

	Semestre findo				Trimestre findo			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	158.756	5.431	158.643	7.001	91.901	6.915	91.606	7.712
Alíquota nominal vigente	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Expectativa de débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(53.977)	(1.847)	(53.939)	(2.380)	(31.246)	(2.351)	(31.146)	(2.622)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):								
Efeito de subvenção governamental	12.620	-	12.620	-	6.012	-	6.012	-
Exclusão - equivalência patrimonial	14.414	12.297	13.878	10.409	6.066	6.378	5.929	5.416
Outras exclusões permanentes, líquidas	(894)	(208)	(283)	643	(377)	(523)	(45)	(87)
Débito de imposto de renda e contribuição social	(27.837)	10.242	(27.724)	8.672	(19.545)	3.504	(19.250)	2.707
Corrente	(20.851)	-	(22.263)	(1.667)	(17.200)	-	(17.810)	(843)
Diferido	(6.986)	10.242	(5.461)	10.339	(2.345)	3.504	(1.440)	3.550
Total	(27.837)	10.242	(27.724)	8.672	(19.545)	3.504	(19.250)	2.707
Taxa efetiva	17,5%	188,6%	17,5%	123,9%	21,3%	50,7%	21,0%	35,1%

b. Composição dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	138.344	147.479	140.328	147.907
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.281	10.042	10.289	10.042
Provisão para perda em estoques	23.591	13.904	23.842	14.120
Provisão para ajuste a valor presente	7.051	5.890	7.054	5.913
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	95.063	93.518	95.263	93.722
Variações cambiais	5.400	14.895	5.400	14.895
Outras provisões	5.639	4.553	5.639	4.603
	285.369	290.281	287.815	291.202
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:				
Amortização de intangível	(41.679)	(40.788)	(41.679)	(40.788)
Atualizações depósitos judiciais	(6.753)	(6.203)	(6.753)	(6.203)
Outros	(2.834)	(2.201)	(2.834)	(2.201)
	(51.266)	(49.192)	(51.266)	(49.192)
Imposto de renda e contribuição social diferido	234.103	241.089	236.549	242.010

12 Investimentos em controladas

Donatelo Desenvolvimento de Software e Marketing Digital Ltda - “Integra Commerce”

Em 03 de abril de 2017, a Controladora obteve o controle e 100% das ações do capital votante da “Integra Commerce”, uma *startup de tecnologia* de capital fechado com sede em Itajubá, Minas Gerais-Brasil, especializada na integração e gestão do relacionamento entre lojistas e marketplaces.

A aquisição da Integra Commerce acelera a execução da principal estratégia de negócios da Controladora em 2017: o desenvolvimento de uma plataforma digital aberta - o marketplace - rentável, com os menores custos do mercado para os lojistas que desejarem fazer parte dela.

O valor justo do intangível identificado na combinação de negócios é de R\$ 2.020. Não foram identificados outros ativos e passivos relevantes na transação.

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas informações trimestrais individuais, é como segue:

	Época		LAC		Integra Commerce
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017
Ações possuídas - em milhares	12.855	12.855	6.500	6.500	100
Ativos circulantes	14.399	19.235	35.596	34.572	42
Ativos não circulantes	9.532	6.803	4.221	3.967	2.025
Passivos circulantes	9.831	11.469	9.475	11.288	172
Passivos não circulantes	6.399	8.473	3.338	3.152	-
Capital social	14.855	12.255	6.500	6.500	330
Patrimônio líquido	7.701	6.096	27.004	24.099	1.895
Receitas líquidas	30.185	60.177	30.762	53.530	168
Lucro líquido (prejuízo) do período/exercício	(995)	4.469	2.905	6.095	(335)

Movimentação dos investimentos	Época		LAC		Integra Commerce
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017
Saldos no início do período/exercício	42.923	37.454	24.099	19.451	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital "AFAC"	2.600	1.000	-	-	230
Ativos identificados em combinação de negócios	-	-	-	-	2.020
Passivo a descoberto na data da aquisição de controlada	-	-	-	-	(20)
Dividendos propostos	-	-	-	(1.447)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(995)	4.469	2.905	6.095	(335)
Saldos no fim do período/exercício	44.528	42.923	27.004	24.099	1.895
Total de investimentos em controladas			30/06/2017	31/12/2016	
Época Cosméticos			7.701	6.096	
Época Cosméticos - ágio			36.827	36.827	
Grupo de consórcio ("LAC")			27.004	24.099	
Integra Commerce			1.895	-	
			73.427	67.022	

13 Investimentos em controladas em conjunto

	Luizacred (a)		Luizaseg (b)	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Ações totais - em milhares	978	978	133.883	133.883
Percentual de participação direta	50%	50%	50%	50%
Ativos circulantes	4.286.546	4.006.492	152.548	142.886
Ativos não circulantes	476.590	441.504	319.380	320.370
Passivos circulantes	4.043.520	3.769.476	358.214	177.788
Passivos não circulantes	131.890	127.566	77.748	75.650
Capital social	291.700	274.624	133.884	133.884
Patrimônio líquido	587.726	550.954	209.078	209.818
Receitas líquidas	842.440	1.669.580	184.496	364.902
Lucro líquido do período/exercício	66.522	101.572	15.116	23.832
Movimentação dos investimentos				
	Luizacred (a)		Luizaseg (b)	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Saldos no início do período/exercício	275.477	281.630	18.353	15.839
Dividendos propostos	(14.875)	(56.939)	(8.550)	(12.232)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	622	2.830
Resultado de equivalência patrimonial	33.261	50.786	7.558	11.916
Saldos no fim do período/exercício	293.863	275.477	17.983	18.353

Total de investimentos em controladas em conjunto

	30/06/2017	31/12/2016
Luizacred (a)	293.863	275.477
Luizaseg (b)	104.539	104.909
Luizaseg - Lucros não realizados (c)	(86.556)	(86.556)
Total de investimentos em controladas em conjunto	311.846	293.830

- (a) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades financeiras e

operacionais relevantes. A Luizacred é controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. e tem por objeto, a oferta, a distribuição e a comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes na rede de lojas da Controladora.

- (b) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades de garantias e operacionais relevantes. A Luizaseg é controlada em conjunto com a NCVF Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A. e tem por objeto o desenvolvimento, a venda e a administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil por meio da rede de lojas da Controladora.
- (c) Lucros não realizados decorrente de transações de intermediação de vendas de seguros de garantia estendida para a controlada em conjunto Luizaseg.

14 Imobilizado

A movimentação do imobilizado, durante os semestres findo em 30 de junho de 2017, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2016	559.320	560.067
Adições	42.482	43.060
Adição por combinação de negócio	-	3
Baixas	(380)	(380)
Depreciação	(45.257)	(45.388)
Imobilizado líquido em 30 de junho de 2017	556.165	557.362

Composição do imobilizado em 30 de junho de 2017:

Valor de custo do imobilizado	1.157.522	1.160.600
Depreciação acumulada	(601.357)	(603.238)
Imobilizado líquido em 30 de junho de 2017	556.165	557.362

	Controladora	Consolidado
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2015	577.811	578.571
Adições	28.215	28.304
Baixas	(2.166)	(2.166)
Depreciação	(42.181)	(42.305)
Imobilizado líquido em 30 de junho de 2016	561.679	562.404

Composição do imobilizado em 30 de junho de 2016:

Valor de custo do imobilizado	1.095.693	1.098.038
Depreciação acumulada	(534.014)	(535.634)
Imobilizado líquido em 30 de junho de 2016	561.679	562.404

Durante os semestres, não foram identificados indicadores de não recuperação dos ativos imobilizados.

15 Intangível

A movimentação do intangível, durante os semestres findo em 30 de junho de 2017 e 2016, foi a seguinte:

	<u>Controladora Consolidado</u>	
Intangível líquido em 31 de dezembro de 2016	469.724	513.049
Adições	33.760	34.833
Adição por combinação de negócio	-	2.020
Amortização	(23.714)	(23.971)
Intangível líquido em 30 de junho de 2017	479.770	525.931
Composição do intangível em 30 de junho de 2017		
Valor de custo do intangível	772.745	820.740
Amortização acumulada	(292.975)	(294.809)
Intangível líquido em 30 de junho de 2017	479.770	525.931
	<u>Controladora Consolidado</u>	
Intangível líquido em 31 de dezembro de 2015	463.726	506.720
Adições	20.856	21.554
Baixas	(283)	(283)
Amortização	(19.374)	(19.570)
Intangível líquido em 30 de junho de 2016	464.925	508.421
Composição do intangível em 30 de junho de 2016		
Valor de custo do intangível	714.074	758.926
Amortização acumulada	(249.149)	(250.505)
Intangível líquido em 30 de junho de 2016	464.925	508.421

Durante os semestres, não foram identificados indicadores de não recuperação dos ativos intangíveis.

16 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Mercadorias para revenda - mercado interno	1.857.519	2.375.873	1.864.315	2.383.961
Outros fornecedores	22.067	21.764	24.987	25.380
Ajuste a valor presente	(28.659)	(44.164)	(28.778)	(44.382)
Total de fornecedores	1.850.927	2.353.473	1.860.524	2.364.959

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor e recebe, subsequentemente, uma comissão do Banco por essa intermediação e confirmação dos títulos a pagar. Essa comissão é registrada como receita financeira.

A operação acima realizada pela Companhia não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia a classifica na rubrica de Fornecedores.

Em 30 de junho de 2017, o saldo a pagar negociado pelos fornecedores, e com aceite do Magazine Luiza, somava R\$ 395.848 (R\$ 505.114 em 31 de dezembro de 2016).

As contas a pagar aos fornecedores são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de “Estoques”. A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica “Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços” pela fruição de prazo.

17 Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros

Modalidade	Encargos	Garantias	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
				30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Capital de giro em moeda estrangeira (a)	1,43% a.a. a 6,41% a.a. + Var.cambial	N/A	Mar/18	119.764	333.503	119.764	333.503
Capital de giro em moeda nacional	110,7% a 125,32% do CDI	Avais	Dez/19	322.558	362.558	322.626	362.696
Debêntures - oferta restrita (e)	112,0% a 125,9% do CDI	Recebíveis de cartão de crédito	Mar/20	675.822	1.069.633	675.822	1.069.633
Notas promissórias (f)	109,0% a 112,0% do CDI	Clean	Mai/19	203.200	-	203.200	-
Arrendamentos Mercantis Financeiros (b)	2,5% a.a. a CDI + 2,88%	Alienação fiduciária	Dez/19	14.074	17.676	14.074	17.676
Financiamento de Inovação - FINEP (c)	4% a.a.	Fiança bancária	Dez/22	40.722	44.429	40.722	44.429
Financiamento de Expansão - BNB (d)	7% a.a.	Fiança bancária	Dez/22	4.038	4.404	4.038	4.404
				1.380.178	1.832.203	1.380.246	1.832.341
Outros passivos financeiros							
Swap a pagar - hedge de valor justo (a)				1.400	16.435	1.400	16.435
Total de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros				1.381.578	1.848.638	1.381.646	1.848.776
Passivo circulante				718.582	837.878	718.650	838.016
Passivo não circulante				662.996	1.010.760	662.996	1.010.760

- (a) Parte das captações foi contratada em moeda estrangeira, sobre as quais incidem juros pré-fixados e variação cambial. Com o objetivo de proteger suas operações contra riscos de variações na taxa de câmbio, a Companhia contratou operações de “*swap*”. A Companhia pratica para tais operações a contabilidade de *cobertura (hedge accounting)*. Mais detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 27.
- (b) Refere-se a contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática e software, cujos contratos possuem vencimentos finais em 2019.
- (c) Refere-se a contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas.
- (d) A Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com o objetivo de modernizar, reformar as lojas da região nordestina e construir um novo Centro de Distribuição no município de Candeias (BA), no montante de R\$ 68.103. Até 30 de junho de 2017 foi liberada a primeira parcela no valor total de R\$ 4.383.

(e) A Companhia realizou as seguintes emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações:

Emissões	Garantia	Principal R\$	Data de Emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Encargos financeiros	Controladora e Consolidado	
							30/06/2017	31/12/2016
1ª emissão-série única	Clean	200.000	26/12/2011	16/06/2017	-	113,0% do CDI	-	149.383
3ª emissão-série única	Clean	200.000	21/10/2013	21/07/2018	20.000	125,9% do CDI	52.698	55.439
4ª emissão-série única	Clean	400.000	30/05/2014	30/05/2019	40.000	112,0% do CDI	266.405	402.451
5ª emissão-série única	(i)	350.000	17/03/2015	17/03/2020	35.000	113,2% do CDI	307.046	362.492
6ª emissão-série única	Clean	100.000	20/06/2016	20/06/2018	10.000	125,2% do CDI	49.673	99.868
							675.822	1.069.633

(i) A 5ª emissão de debêntures não conversíveis em ações possui garantia de recebíveis de cartão de crédito, onde até o vencimento das debêntures, deverá representar 30% do saldo devedor da emissão. Vide nota explicativa nº 7.

(f) A Companhia realizou as seguintes emissões de notas promissórias:

Emissões	Garantia	Principal R\$	Data de Emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Encargos financeiros	Controladora e Consolidado	
							30/06/2017	31/12/2016
3ª emissão- 1ª.série	Clean	100.000	10/05/2017	10/05/2018	20	109,0% do CDI	101.578	-
3ª emissão- 2ª.série	Clean	100.000	10/05/2017	10/05/2019	20	112,0% do CDI	101.622	-
							203.200	-

Cronograma dos vencimentos

O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos está demonstrado abaixo:

Ano de vencimentos	Controladora			Consolidado		
	Dívida considerando o "Hedge accounting"	"Hedge de valor justo" Nota 6 e 17	Dívida desconsiderando "Hedge accounting"	Dívida considerando o "Hedge accounting"	"Hedge de valor justo" Nota 6 e 17	Dívida desconsiderando "Hedge accounting"
2017	165.574	206	165.780	165.642	206	165.848
2018	770.299	-	770.299	770.299	-	770.299
2019	370.687	-	370.687	370.687	-	370.687
2020	57.804	-	57.804	57.804	-	57.804
2021	7.907	-	7.907	7.907	-	7.907
2022 em diante	7.907	-	7.907	7.907	-	7.907
Total	1.380.178	206	1.380.384	1.380.246	206	1.380.452

A Companhia mantém alguns contratos de empréstimos com cláusulas restritivas ("covenants"). As cláusulas ligadas a índices financeiros referem-se a:

- (i) Caixa Econômica Federal: manutenção da relação "Dívida líquida ajustada/EBITDA Ajustado" inferior a 3,0 vezes.
- (ii) 3ª, 5ª e 6ª Emissão de Debêntures: manutenção da relação "Dívida líquida ajustada/EBITDA Ajustado" não superior a 3,0 vezes.

Por dívida líquida ajustada, deve-se entender o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, incluídas as debêntures, excluindo-se disponibilidade de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, recebíveis de cartão de crédito não antecipados. O EBITDA ajustado é calculado de acordo com a instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, excluído de eventos operacionais (receita/despesas) de caráter extraordinário.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a Companhia está adimplente às cláusulas restritivas ("covenants") descritas acima.

18 Receita diferida

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Receita diferida com terceiros:		
Contrato de exclusividade com Cardif (a)	161.836	166.121
Contrato de exclusividade com Banco Itaúcard S.A. (b)	127.750	134.000
Outros contratos	4.239	2.323
	293.825	302.444
Receita diferida com partes relacionadas:		
Contrato de exclusividade com a Luizacred (b)	138.485	144.029
Contrato de exclusividade com a Luizaseg (a)	99.500	103.000
	237.985	247.029
Total de receitas diferidas	531.810	549.473
Passivo circulante	42.814	40.318
Passivo não circulante	488.996	509.155

- (a) Em 14 de dezembro de 2015, foi estabelecido novo Acordo de Aliança Estratégica com empresas do grupo Cardif e com Luizaseg, visando a extensão dos direitos e obrigações previstos nos acordos entre as partes vencidos em 31 de dezembro de 2015, pelo período adicional de 10 anos e com prazo de vigência de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025. Esse acordo proporcionou o ingresso de R\$ 330.000 no caixa da Companhia. Desse montante, R\$ 42.000 foram destinados à controlada em conjunto Luizacred, tendo em vista que os seguros atrelados ao cartão de crédito são de exclusividade da Luizacred. O reconhecimento da receita da Companhia decorrente deste acordo é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato, sendo parte condicionado ao atingimento de determinadas metas.
- (b) Em 27 de setembro de 2009, a Companhia celebrou um “Acordo de Associação” junto ao Itaú Unibanco Holding S.A. (“Itaú”) e ao Banco Itaúcard S.A., por meio do qual a Companhia cedeu à Luizacred a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 20 anos. Pela referida associação, as instituições Itaú pagaram à vista o montante de R\$ 250.000, sendo: (i) R\$ 230.000 relacionados à consecução da negociação em si, sem direito de regresso, e; (ii) R\$ 20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizacred, metas estas cumpridas, em sua totalidade, ao fim do exercício de 2014.

Em 29 de dezembro de 2010, as partes assinaram o primeiro aditivo ao acordo de associação com a Luizacred, por meio do qual estendeu a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na rede de lojas então adquiridas na região nordeste do Brasil (Lojas Maia), pelo prazo de 19 anos. Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 160.000 à Companhia, que são apropriados ao resultado durante o período de vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R\$ 20.000, mencionado no parágrafo acima, foi aumentado para R\$ 55.000.

Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou o segundo aditamento ao acordo de associação com a Luizacred, em virtude da aquisição da New-Utd (“Lojas do Bau”). Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 48.000 à Companhia, os quais são apropriados ao resultado durante o período de vigência remanescente do acordo de associação.

19 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Para os processos em andamento, de natureza trabalhista, cível e tributária, em que a opinião dos assessores legais é desfavorável, a Companhia constituiu provisão, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Administração do Grupo. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

Controladora

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	220.056	17.105	37.893	275.054
Adições	62.975	6.435	5.360	74.770
Reversão	(55.042)	(1.994)	-	(57.036)
Pagamentos	(3.547)	(7.279)	(7.128)	(17.954)
Atualizações	4.763	-	-	4.763
Saldos em 30 de junho de 2017	229.205	14.267	36.125	279.597

Consolidado

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	227.601	17.397	39.128	284.126
Adições	62.975	6.625	5.428	75.028
Reversão	(56.652)	(2.178)	(464)	(59.294)
Pagamentos	(3.547)	(7.353)	(7.138)	(18.038)
Atualizações	4.763	-	-	4.763
Saldos em 30 de junho de 2017	235.140	14.491	36.954	286.585

Em 30 de junho de 2017, a natureza das principais causas do Grupo, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

a. Processos tributários

O Grupo discute administrativa e judicialmente vários processos de natureza tributária, classificados como perda provável, portanto estão provisionados. Esses processos envolvem tributos federais, cujo montante em 30 de junho de 2017 perfaz R\$ 37.558 (R\$ 14.669 em 31 de dezembro de 2016), tributos estaduais, cujo montante em 30 de junho de 2017 perfaz R\$ 64.132 (R\$ 30.273 em 31 de dezembro de 2016) e tributos municipais no montante de R\$ 60 (R\$ 60 em 31 de dezembro de 2016).

O Grupo possui ainda provisão para outras discussões judiciais as quais tem realizado depósitos judiciais, bem como provisões relacionadas com combinação de negócio de suas redes adquiridas, as quais envolvem tributos federais, cujo montante em 30 de junho de 2017 perfaz R\$ 127.455 (R\$ 175.054 em 31 de dezembro de 2016), tributos estaduais, cujo montante em 30 de junho de 2017 perfaz R\$ 5.935 (R\$ 7.545 em 31 de dezembro de 2016) e os tributos municipais não apresentaram provisões desse gênero nesse período.

b. Processos cíveis

A provisão para riscos cíveis consolidada no montante de R\$ 14.491 em 30 de junho de 2017 (R\$ 17.397 em 31 de dezembro de 2016), está relacionada a reclamações oriundas principalmente de clientes sobre possíveis defeitos de produtos.

c. Processos trabalhistas

Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas.

O valor provisionado de R\$ 36.954 em 30 de junho de 2017 (R\$ 39.128 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos.

Em agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) proferiu decisão onde, resumidamente, alterou o entendimento sobre o índice de atualização monetária das ações trabalhistas, deixando os passivos trabalhistas relativos a processos em aberto desde 30 de junho de 2009 de serem atualizados pela TR (Taxa Referencial), para serem atualizados pelo IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial). Esta decisão, no entanto, foi suspensa em outubro de 2016 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus advogados de que a obrigação de liquidar referidos passivos atualizados pelo IPCA-E não é definitiva e que, portanto, configura-se referida obrigação num

passivo contingente com probabilidade de perda possível, decidiu não registrar o impacto da atualização pelo IPCA-E - estimado em R\$2.608, e manter a TR como índice de atualização dos passivos trabalhistas. A Companhia acompanhará o desdobramento dessa questão de forma a reavaliar sua conclusão a cada fechamento.

Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, o Grupo possui em depósitos judiciais no montante de R\$ 296.976 em 30 de junho de 2017 (R\$ 292.189 em 31 de dezembro de 2016).

d. Passivos contingentes - possíveis de perda

A Companhia é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores atribuídos às discussões envolvendo tributos federais perfaz, em 30 de junho de 2017, o montante de R\$ 768.596 (R\$ 603.615 em 31 de dezembro de 2016), já em relação aos tributos estaduais os riscos possíveis perfazem em 30 de junho de 2017 o montante de R\$ 274.308 (R\$ 186.278 em 31 de dezembro de 2016) e quanto aos tributos municipais perfazem em 30 de junho de 2017 o montante de R\$ 1.280 (R\$ 821 em 31 de dezembro de 2016).

Dentre as principais ações de natureza tributária, classificadas como perda possível, destacamos: (i) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a natureza/conceito das bonificações/reembolsos de seus fornecedores para fins de tributação do PIS/COFINS, além da caracterização de algumas despesas ligadas à sua atividade fim como insumos para fins de créditos de PIS/COFINS; (ii) Processo Judicial em que a Companhia discute a violação de diversos princípios jurídicos da Lei nº 13.241/2015, a qual extinguiu a isenção das Contribuições ao PIS e a COFINS sobre as receitas oriundas de vendas de produtos elegíveis ao Processo Básico de Produção. Segundo análise de seus assessores jurídicos internos e externos as chances de perda são possíveis com viés de remotas; (iii) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco estadual suposto crédito indevido de ICMS por ausência de 1ª via de Nota Fiscal; (iv) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco estadual autuações de cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de fornecedores posteriormente declarados inidôneos; (v) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a majoração da alíquota RAT; (vi) Diversas autuações em que a Companhia discute a cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de alguns de seus fornecedores, em razão destes terem se aproveitado de benefício fiscal concedido por outro Estado da Federação. Além disso, informa ainda que acompanha a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.

Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

Por haver incertezas com relação à saída de recursos para tais provisões, a Administração entende que não é possível determinar com razoabilidade o cronograma de liquidação.

e. Processos de natureza ativa

A Companhia situa-se como autora (no pólo ativo das ações) em outros processos tributários de diversas naturezas, ou seja, ingressou com ações contra os vários entes tributantes a fim de recuperar tributos pagos e/ou cobrados indevidamente por tais entes. Dentre as principais ações, destacam-se: i) a discussão judicial sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, que na Companhia perfaz o montante de R\$ 375.558 (R\$ 368.776 em 31 dezembro de 2016) de tributos já recolhidos. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal finalizou o julgamento, na sistemática de repercussão geral, declarando inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo destas contribuições. Assim, a Companhia está avaliando com seus assessores jurídicos o levantamento e atualização monetária dos créditos acobertados por suas ações judiciais; ii) a discussão judicial sobre o direito reconhecido por decisão do Supremo Tribunal Federal, dos contribuintes recuperarem o ICMS pago a maior na sistemática da substituição tributária correspondente à diferença da margem praticada em comparação à margem presumida pelos Estados (MVA - Margem de Valor Agregado). A Companhia está avaliando junto aos seus assessores jurídicos os efeitos e os valores envolvidos.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2017, a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

Em 04 de setembro de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o desdobramento de ações proposto pela Administração da Companhia, na proporção de uma ação ordinária para oito ações ordinárias conforme descrito na nota explicativa 30 – Eventos subsequentes.

	Antes do desdobramento		Após do desdobramento	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
Acionistas controladores	15.953.070	73,77	127.624.560	73,77
Ações em circulação	5.320.863	24,61	42.566.904	24,61
Ações em tesouraria	350.000	1,62	2.800.000	1,62
Total	<u>21.623.933</u>	<u>100,00</u>	<u>172.991.464</u>	<u>100,00</u>

As ações detidas por acionistas controladores que são membros do Conselho de Administração e/ou da diretoria executiva estão inseridas na linha de acionistas controladores.

De acordo com o artigo nº 7 do Estatuto Social, a Companhia pode aumentar o seu capital social, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, mediante emissão de 50.000.000 ações ordinárias.

b. Reserva de capital

Em 30 de junho de 2017, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva de capital o valor de R\$ 22.228 (R\$ 19.030 em 31 de dezembro de 2016).

Plano de incentivo baseado em ações - “matching de ações”

Foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária no dia 20 de abril de 2017, o novo plano de incentivo atrelado a ações da Companhia. O plano tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração, sendo elegíveis a participar os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas e controladas em conjunto.

Os objetivos principais do plano são: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos beneficiários.

O plano figurará no modelo de “matching de ações”, onde para cada ação ordinária adquirida pelo beneficiário na adesão ao programa, a Companhia outorgará o direito de receber, gratuitamente, 3 ações ordinárias da Companhia. A transferência da propriedade das ações será realizada de acordo com prazo de carência máximo de quatro anos e dez meses a contar de 30 de junho de 2017.

Foram outorgadas o total de 66.456 ações (531.648 ações após desdobramento) como “matching” aos beneficiários, por adesão ao programa. O valor justo das ações outorgadas foi estimado na data de concessão do direito aos beneficiários, tendo por base o valor de mercado das ações ordinárias da Companhia negociadas na BMF&BOVESPA (B3), ou seja, R\$ 248,48 por ação outorgada (R\$31,06 após desdobramento). Os efeitos da transação com pagamento baseado em ações será registrado no resultado dos períodos/exercícios considerando os prazos e carências descritos no programa.

c. Reserva legal

Em 30 de junho de 2017, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva legal o valor de R\$ 20.471 (R\$ 20.471 em 31 de dezembro de 2016).

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Em 30 de junho de 2017, a Companhia tem registrado na rubrica de Ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$ 1.824 (R\$ 1.202 em 31 de dezembro de 2016).

e. Lucro por ação

Os cálculos dos lucros por ações básico e diluído estão divulgados a seguir:

Antes do desdobramento	Lucro básico		Lucro diluído	
	jun/17	jun/16	jun/17	jun/16
Média das ações ordinárias	21.623.933	21.844.541	21.623.933	21.844.541
Efeito das ações em tesouraria	(350.000)	(30.000)	(350.000)	(30.000)
Efeito diluidor de ações (a)	-	-	156.942	-
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	21.273.933	21.814.541	21.430.875	21.814.541
Lucro líquido em milhares	130.919	15.673	130.919	15.673
Lucro por ação em Reais	6,154	0,718	6,109	0,718

Após o desdobramento	Lucro básico		Lucro diluído	
	jun/17	jun/16	jun/17	jun/16
Média das ações ordinárias	172.991.464	174.756.328	172.991.464	174.756.328
Efeito das ações em tesouraria	(2.800.000)	(240.000)	(2.800.000)	(240.000)
Efeito diluidor de ações (a)	-	-	1.255.536	-
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	170.191.464	174.516.328	171.447.000	174.516.328
Lucro líquido em milhares	130.919	15.673	130.919	15.673
Lucro por ação em Reais	0,769	0,090	0,764	0,090

- a) Considera o efeito de ações exercíveis de acordo com os planos de incentivo atrelado a ações, divulgados acima. No trimestre findo em 30 de junho de 2016 não houve efeito diluidor no lucro por ação.

21 Receita líquida de vendas

	Semestre findo				Trimestre findo			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receita bruta:								
Varejo - revenda de mercadorias	6.223.301	5.006.882	6.259.432	5.034.252	3.040.028	2.423.187	3.060.268	2.437.833
Varejo - prestação de serviços	259.299	210.589	275.673	223.435	134.106	104.467	139.947	109.808
Administração de consórcio	-	-	33.121	27.458	-	-	17.013	13.892
	6.482.600	5.217.471	6.568.226	5.285.145	3.174.134	2.527.654	3.217.228	2.561.533
Impostos e devoluções:								
Revenda de mercadorias	(1.019.389)	(840.240)	(1.025.335)	(844.012)	(495.700)	(396.909)	(499.020)	(399.062)
Prestação de serviços	(34.358)	(28.128)	(34.376)	(28.128)	(17.740)	(14.082)	(17.758)	(14.082)
Administração de consórcio	-	-	(2.359)	(2.267)	-	-	(1.219)	(1.125)
	(1.053.747)	(868.368)	(1.062.070)	(874.407)	(513.440)	(410.991)	(517.997)	(414.269)
Receita líquida de vendas	5.428.853	4.349.103	5.506.156	4.410.738	2.660.694	2.116.663	2.699.231	2.147.264

22 Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

	Semestre findo				Trimestre findo			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Custos:								
Das mercadorias revendidas	(3.808.786)	(3.025.904)	(3.823.032)	(3.034.702)	(1.847.733)	(1.454.862)	(1.856.344)	(1.459.499)
De prestação de serviços	-	-	(15.739)	(9.986)	-	-	(7.949)	(5.279)
	(3.808.786)	(3.025.904)	(3.838.771)	(3.044.688)	(1.847.733)	(1.454.862)	(1.864.293)	(1.464.778)

23 Informações sobre a natureza das despesas e outras receitas operacionais

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Semestre findo				Trimestre findo			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Despesas com pessoal	(586.238)	(517.363)	(589.153)	(519.877)	(301.001)	(245.137)	(302.849)	(246.358)
Despesas com prestadores de serviços	(285.897)	(258.985)	(294.934)	(264.348)	(125.980)	(136.147)	(130.838)	(138.890)
Outras	(328.641)	(280.945)	(340.685)	(291.893)	(166.126)	(138.823)	(172.744)	(144.451)
	(1.200.776)	(1.057.293)	(1.224.772)	(1.076.118)	(593.107)	(520.107)	(606.431)	(529.699)
Classificados por função como:								
Despesas com vendas	(987.567)	(839.513)	(997.835)	(844.550)	(483.556)	(415.205)	(489.248)	(417.773)
Despesas gerais e administrativas	(230.457)	(213.761)	(246.284)	(229.509)	(117.320)	(110.442)	(126.165)	(118.446)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 24)	17.248	(4.019)	19.347	(2.059)	7.769	5.540	8.982	6.520
	(1.200.776)	(1.057.293)	(1.224.772)	(1.076.118)	(593.107)	(520.107)	(606.431)	(529.699)

As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos centros de distribuição (CDs) até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas.

24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Semestre findo				Trimestre findo			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Resultado na venda de ativo imobilizado	2.303	(348)	2.303	(348)	(311)	(168)	(311)	(168)
Apropriação de receita diferida (a)	21.413	20.237	21.413	20.237	11.333	10.329	11.333	10.329
Provisão para perdas tributárias	(4.746)	(742)	(3.205)	1.216	(3.488)	189	(2.433)	1.168
Despesas não recorrentes (b)	(1.927)	(24.302)	(1.927)	(24.302)	(1.371)	(5.301)	(1.371)	(5.301)
Outros	205	1.136	763	1.138	1.606	491	1.764	492
Total	17.248	(4.019)	19.347	(2.059)	7.769	5.540	8.982	6.520

- (a) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de direitos de exploração, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18.
(b) Gastos referentes a despesas pré-operacionais de lojas. Em 2016, refere-se substancialmente às despesas com reestruturação e adequação de pessoal administrativo.

25 Resultado financeiro

	Semestre findo				Trimestre findo			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receitas financeiras:								
Juros de vendas de garantia estendida	23.668	18.034	23.668	18.034	13.140	9.249	13.140	9.249
Rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários	27.013	24.091	6.603	8.473	9.236	10.312	1.408	3.605
Juros de vendas de mercadorias - por atrasos nos recebimentos	1.905	2.359	1.905	2.359	1.021	1.093	1.021	1.093
Descontos obtidos e atualizações monetárias	18.327	23.712	18.327	23.712	11.834	10.344	11.834	10.344
Outros	581	841	581	841	158	515	158	515
	71.494	69.037	51.084	53.419	35.389	31.513	27.561	24.806
Despesas financeiras:								
Juros de empréstimos e financiamentos	(120.628)	(131.579)	(120.641)	(131.594)	(52.671)	(65.176)	(52.677)	(65.186)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	(150.216)	(140.404)	(151.023)	(141.210)	(75.728)	(75.217)	(76.115)	(75.724)
Provisão para perda com juros de garantia estendida	(5.779)	(8.628)	(5.779)	(8.628)	(2.379)	(3.808)	(2.379)	(3.808)
Outros	(13.091)	(10.277)	(13.304)	(10.422)	(5.546)	(4.516)	(5.638)	(4.592)
	(289.714)	(290.888)	(290.747)	(291.854)	(136.324)	(148.717)	(136.809)	(149.310)
Resultado financeiro líquido	(218.220)	(221.851)	(239.663)	(238.435)	(100.935)	(117.204)	(109.248)	(124.504)

26 Informação por segmento de negócios

Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Administração de Consórcios. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia e comércio eletrônico (*e-commerce tradicional e marketplace*);

Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;

Operações de seguros - por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia;

Administração de consórcios - por meio da controlada LAC, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos.

As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos pelo Grupo.

Demonstrações do resultado

	30/06/2017					
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Adm consórcios	Eliminações (b)	Consolidado
Receita bruta	6.540.966	421.220	92.248	33.121	(519.329)	6.568.226
Deduções da receita	(1.059.711)	-	-	(2.359)	-	(1.062.070)
Receita líquida do segmento	<u>5.481.255</u>	<u>421.220</u>	<u>92.248</u>	<u>30.762</u>	<u>(519.329)</u>	<u>5.506.156</u>
Custos	(3.828.893)	(50.337)	(12.093)	(15.739)	68.291	(3.838.771)
Lucro bruto	<u>1.652.362</u>	<u>370.883</u>	<u>80.155</u>	<u>15.023</u>	<u>(451.038)</u>	<u>1.667.385</u>
Despesas com vendas	(997.835)	(161.485)	(62.456)	-	223.941	(997.835)
Despesas gerais e administrativas	(233.731)	(1.250)	(10.019)	(12.553)	11.269	(246.284)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(15.767)	(137.989)	-	-	137.989	(15.767)
Depreciação e amortização	(69.169)	(2.984)	(2.325)	(190)	5.309	(69.359)
Equivalência patrimonial	43.724	-	-	-	(2.905)	40.819
Outras receitas operacionais	18.800	(6.677)	(1.421)	547	8.098	19.347
Resultado financeiro	(241.207)	-	9.435	1.544	(9.435)	(239.663)
Imposto de renda e contribuição social	(26.258)	(27.237)	(5.811)	(1.466)	33.048	(27.724)
Lucro líquido do período	<u>130.919</u>	<u>33.261</u>	<u>7.558</u>	<u>2.905</u>	<u>(43.724)</u>	<u>130.919</u>
Conciliação da equivalência patrimonial						
Equivalência patrimonial LAC (Nota 12)	2.905					
Equivalência patrimonial Luizacred (Nota 13)	33.261					
Equivalência patrimonial Luizaseg (Nota 13)	7.558					
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	<u>43.724</u>					
(-) Efeito de eliminação LAC	(2.905)					
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	<u>40.819</u>					

- (a) O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A., Época Cosméticos e Integra Commerce. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras, de seguros e administração de consórcios, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.

- (b) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

30/06/2016						
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Adm consórcios	Eliminações (b)	Consolidado
Receita bruta	5.262.098	413.986	92.651	27.458	(511.048)	5.285.145
Deduções da receita	(872.140)	-	-	(2.267)	-	(874.407)
Receita líquida do segmento	4.389.958	413.986	92.651	25.191	(511.048)	4.410.738
Custos	(3.039.113)	(60.124)	(15.321)	(9.986)	79.856	(3.044.688)
Lucro bruto	1.350.845	353.862	77.330	15.205	(431.192)	1.366.050
Despesas com vendas	(844.550)	(147.133)	(63.377)	-	210.510	(844.550)
Despesas gerais e administrativas	(217.275)	(984)	(12.067)	(12.234)	13.051	(229.509)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(13.236)	(158.320)	-	-	158.320	(13.236)
Depreciação e amortização	(61.701)	(3.032)	(2.364)	(174)	5.396	(61.875)
Equivalência patrimonial	33.493	-	-	-	(2.878)	30.615
Outras receitas operacionais	(2.062)	3.078	382	3	(3.460)	(2.059)
Resultado financeiro	(239.937)	-	9.541	1.502	(9.541)	(238.435)
Imposto de renda e contribuição social	10.096	(21.799)	(4.502)	(1.424)	26.301	8.672
Lucro líquido do período	15.673	25.672	4.943	2.878	(33.493)	15.673
Conciliação da equivalência patrimonial						
Equivalência patrimonial LAC	2.878					
Equivalência patrimonial Luizacred	25.672					
Equivalência patrimonial Luizaseg	4.943					
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	33.493					
(-) Efeito de eliminação LAC	(2.878)					
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	30.615					

- (a) O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A. e Época Cosméticos. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras, de seguros e administração de consórcios, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.
- (b) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Balancos patrimoniais

30/06/2017				
	Varejo(*)	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração consórcios
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	230.717	2.458	128	34.344
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	596.982	5.848	164.528	-
Contas a receber	508.112	2.169.266	-	-
Estoques	1.430.332	-	-	-
Investimentos	338.850	-	-	-
Imobilizado e intangível	1.082.071	72.966	47.831	1.222
Outros	1.072.781	131.030	23.477	4.251
	5.259.845	2.381.568	235.964	39.817
Passivos				
Fornecedores	1.858.748	-	1.923	1.811
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	1.381.646	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	997.103	-	-

	30/06/2017			
Operações com cartões de crédito	-	984.171	-	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	194.054	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhista	285.996	46.329	1.078	589
Receita diferida	531.810	19.616	-	-
Outras	454.627	40.486	20.926	10.413
	4.512.827	2.087.705	217.981	12.813
Patrimônio líquido	747.018	293.863	17.983	27.004
Conciliação do investimento				
Investimentos em controladas				
Investimento LAC (Nota 12)	27.004			
Investimentos em controlada sem conjunto				
Investimento Luizacred (Nota 13)	293.863			
Investimento Luizaseg (Nota 13)	17.983			
	311.846			
Total dos investimentos	338.850			
(-) Efeito de eliminação LAC	(27.004)			
(=) Total do investimento consolidado	311.846			

(*) Saldos consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A, Época Cosméticos e Integra Commerce.

	31/12/2016			
	Varejo(*)	Operações financeiras	Operações De seguros	Administração consórcios
Ativos				
Caixa e equivalentes	565.327	2.999	107	33.814
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	819.155	6.020	162.017	-
Contas a receber	584.571	2.001.796	-	-
Estoques de mercadorias para revenda	1.596.743	-	-	-
Investimentos	317.929	-	-	-
Imobilizado e intangível	1.072.005	75.944	50.101	1.111
Outros	1.132.712	137.239	19.403	3.614
	6.088.442	2.223.998	231.628	38.539
Passivos				
Fornecedores	2.363.164	-	1.361	1.795
Empréstimos e financiamentos	1.848.776	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	900.241	-	-
Operações com cartões de crédito	-	948.340	-	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	105.036	-
Provisão para contingências	283.527	43.549	709	599
Receita diferida	549.473	20.122	-	-
Outras	421.916	36.269	19.613	12.046
	5.466.856	1.948.521	126.719	14.440
Patrimônio líquido	621.586	275.477	104.909	24.099
Conciliação do investimento				
Investimentos em controladas				
Investimento LAC (Nota 12)	24.099			
Investimento sem controlada sem conjunto				
Investimento Luizacred (Nota 13)	275.477			
Investimento Luizaseg (Nota 13)	104.909			
Investimento Luizaseg - Lucros não realizados (Nota 13)	(86.556)			
	293.830			
Total dos investimentos	317.929			
(-) Efeito de eliminação LAC	(24.099)			
(=) Resultado de investimento consolidado	293.830			

(*) Saldos consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A. e Época Cosméticos.

27 Instrumentos financeiros

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

A Companhia utiliza a medição não contábil dívida líquida ajustada/EBITDA ajustado, o qual, no seu entendimento, representa uma métrica relevante para monitorar o nível endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas, líquidas das disponibilidades para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional. A Companhia define EBITDA ajustado como lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas e receitas financeiras, da depreciação e amortização e de eventos operacionais de caráter extraordinário. EBITDA ajustado não é uma métrica de performance adotada pelo IFRS. A definição de EBITDA ajustado da Companhia pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras Companhias.

A estrutura de capital da Companhia pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	1.381.578	1.848.638	1.381.646	1.848.776
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(230.181)	(562.728)	(265.061)	(599.141)
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	(596.982)	(819.155)	(596.982)	(819.155)
(-) Cartões de crédito de terceiros	(239.641)	(272.502)	(240.627)	(276.206)
(-) Cartões de crédito de partes relacionadas	(11.354)	(18.646)	(11.354)	(18.646)
Dívida líquida ajustada	303.420	175.607	267.622	135.628
Patrimônio líquido	747.018	621.586	747.018	621.586

Categoria de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e bancos	57.067	73.996	57.464	77.108
Depósitos judiciais	296.974	292.187	296.976	292.189
Contas a receber	505.440	578.904	508.112	584.571
Partes relacionadas	48.010	66.296	47.143	64.021
A valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação - Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários	768.902	1.293.981	803.385	1.327.282
Reconhecimento inicial-outras ativos financeiros	1.194	13.906	1.194	13.906
Passivos financeiros				
Custo amortizado:				
Fornecedores	1.850.927	2.353.473	1.860.559	2.364.959
Empréstimos e financiamentos	1.260.414	1.498.700	1.260.482	1.498.838
Partes relacionadas	60.224	72.923	60.259	72.955
A valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação - Empréstimos e financiamentos	119.764	333.503	119.764	333.503
Reconhecimento inicial - outros passivos financeiros	1.400	16.435	1.400	16.435

Mensurações de valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A mensuração dos ativos e passivos da Companhia, ao valor justo, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado		Mensuração
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	do valor justo
Ativos financeiros					Nível
A valor justo por meio do resultado:					
Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários	768.902	1.293.981	803.385	1.327.282	Nível 2
Outros ativos financeiros	1.194	13.906	1.194	13.906	Nível 2
Passivos financeiros					
A valor justo por meio do resultado:					
Empréstimos e financiamentos	119.764	333.503	119.764	333.503	Nível 2
Outros passivos financeiros	1.400	16.435	1.400	16.435	Nível 2

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis:

Abaixo detalham-se as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2, assim como os *inputs* significativos não observáveis utilizados:

Empréstimos e financiamentos: Essa categoria inclui empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI. O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, adicionados ao risco de crédito, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2017 e 2022, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Empréstimos e financiamentos designados para Hedge Accounting: Essa categoria inclui empréstimos e financiamentos relacionados ao risco objeto de *hedge*, ou seja, aos *swaps* contratados pela Companhia que satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um *spread* o qual reflete a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado.

Empréstimos a valor justo: Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos designados desde a sua contratação inicial a valor justo que satisfazem os critérios de classificação definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um *spread* o qual é obtido em cotação com as instituições financeiras para refletir o risco de crédito da Companhia no período descontado.

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O Grupo gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações:

	Inferior a		Superior a	
	um ano	Um a três anos	Três anos	Total
Fornecedores	1.860.524	-	-	1.860.524
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	718.650	643.228	19.768	1.381.646
Partes relacionadas	60.259	-	-	60.259
Outras contas a pagar - Ex-Cotistas (Integra)	1.000	-	-	1.000

Considerações sobre riscos

Os negócios do Grupo compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e serviços financeiros, o financiamento ao consumidor para as aquisições dos referidos bens e atividades de grupos de consórcio, formados para a aquisição de veículos, motos, eletrodomésticos e imóveis. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes:

Risco de crédito: o risco de crédito surge da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, cujo saldo consolidado em 30 de junho de 2017 era de R\$ 429.721 (R\$ 466.061 em 31 de dezembro de 2016). Grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. Os demais contas a receber a Companhia avalia também o risco como sendo baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios do Grupo. Mesmo assim, o risco é gerenciado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência, bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 30 de junho de 2017, o Grupo mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R\$ 4.410 (R\$ 4.672 em 31 de dezembro de 2016), os quais estão adicionados à análise do Grupo sobre a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Na nota explicativa 7 são divulgadas maiores informações sobre o contas a receber.

A política da Companhia para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito, de no mínimo AAA. Em 30 de junho de 2017, 100% (cem por cento) dos investimentos mantidos pela Companhia possuem tal nível de rating. Ressalta-se ainda que grande maioria desses títulos são títulos com o risco soberano (títulos públicos brasileiros).

Risco de mercado: decorre do desaquecimento do varejo no cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, determinação de limites para transações com derivativos e do monitoramento constante das posições assumidas. Os principais riscos relacionados são as variações na taxa de juros e nas taxas de câmbio.

Risco de taxas de juros: o Grupo está exposto a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Em 30 de junho de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável de aumento nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros

futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA e/ou BACEN. Os efeitos esperados de despesas com juros líquidas das receitas financeiras das aplicações financeiras para os próximos três meses são como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2017</u>
Certificados de depósitos bancários (nota 5)	172.839	184.085
Fundos de investimentos não exclusivos (nota 5)	275	23.512
Equivalentes de caixa	173.114	207.597
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (nota 6)	596.982	596.982
Total equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	770.096	804.579
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (nota 18)	(1.381.578)	(1.381.646)
Variação	(611.482)	(577.067)
Juros a incorrer expostos a CDI	9,14%	9,14%
Impacto no resultado financeiro, líquido de impostos:		
Cenário I Provável	25.471	24.339
Cenário II Acima 25%	31.839	30.424
Cenário III Acima 50%	38.206	36.508

Gestão de risco de taxa de câmbio: a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da Diretoria Financeira, de acordo com políticas previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Nesse cenário, a Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros para os quais foram contratadas operações de “*swap*”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescido de taxa pré-fixada. Para fins de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), esses instrumentos são classificados como *hedge* de valor justo e são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo, tanto do derivativo de *hedging (swap)* quanto do objeto de *hedge* (empréstimos), durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, como resultado financeiro.

O detalhe dos contratos que impactaram o resultado do período findo em 30 de junho de 2017 é como segue:

Hedge de valor justo

Instrumento de hedge

	<i>Swaps</i>			Indexadores médios
	Posição financeira	Ajuste MTM	Valor justo(a)	
Ativo (ponta ativa)	118.184	1.580	119.764	US\$+3,21%
Passivo (ponta passiva)	119.969	1	119.970	114,49% CDI
Total	(1.785)	1.579	(206)	

Objeto de hedge

	Capital de giro em USD			Indexadores médios
	Posição financeira	Ajuste MTM	Valor justo(a)	
Passivo	118.184	1.580	119.764	US\$+3,21%

Conciliação

Outros ativos financeiros (Nota 6)	1.194
Outros passivos financeiros (Nota 17)	(1.400)
(=) Valor justo do instrumento financeiro derivativo	(206)

Conforme mencionado anteriormente, a Administração do Grupo entende não haver risco de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de “swap”, de modo que o tratamento contábil e financeiro desses empréstimos é denominado em moeda local. Assim, a variação do instrumento financeiro derivativo “swap” e dos empréstimos e financiamentos são compensados.

Não houve, nos períodos apresentados, operações que deixaram de ser qualificadas como operações de proteção patrimonial, bem como não há compromissos futuros objetos de proteção patrimonial de fluxo de caixa.

28 Demonstrações dos fluxos de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Varição de valor justos de instrumentos financeiros disponíveis para venda	622	2.575	622	2.575
Outras contas a pagar - Ex-Cotistas “Integra Commerce”	1.000	-	1.000	-

29 Cobertura de seguros

A Controladora mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são assim demonstradas:

	30/06/2017	31/12/2016
Responsabilidade civil e D&O	65.000	42.000
Riscos diversos-estoques e imobilizado	2.031.555	2.014.174
Veículos	14.162	17.285
	<u>2.110.717</u>	<u>2.073.459</u>

30 Eventos subsequentes

30.1 Exercício de opções de compra de ações

No decorrer do mês de julho de 2017 houve exercício de opções de compra de ações relacionadas aos programas de 1ª e 2ª outorgas, descritas na nota explicativa 21 da demonstração financeira de 31 de dezembro de 2016. Para fazer frente ao exercício de tais opções, foram utilizadas ações mantidas em tesouraria, no montante de aproximadamente 0,21% do total das ações ordinárias da Companhia.

30.2 Emissão de debêntures

Em 31 de julho de 2017, a Controladora fez a 7ª emissão de debêntures, em distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476 de 2009. Foram emitidas 300.000 debêntures com valor total de R\$ 300.000 mil, portanto com valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil reais). As debêntures terão prazo de vigência de três anos, sendo que será amortizada em parcela única na data de vencimento e terão juros remuneratórios equivalentes a 113,5 % da variação diária do DI - Depósitos Interfinanceiros, que serão pagos semestralmente a partir da data de emissão.

30.3 Desdobramento de ações

Em 04 de setembro de 2017, por meio da Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento da totalidade das 21.623.933 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 01 ação para 08 ações da mesma espécie ("Fator de Desdobramento"), ou seja, para um total de 172.991.464 ações, sem modificação do capital social, nos termos do artigo 17, alínea (i), do Estatuto Social da Companhia e do artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações. O efeito do desdobramento foi refletido em todas as informações sobre ações apresentadas e para todos os períodos apresentados.